

A AGENDA NEOLIBERAL DA BURGUESIA INDUSTRIAL NO RIO GRANDE DO SUL DURANTE A DÉCADA DE 1990: CONTINUIDADES E MUDANÇAS DE RUMO NA DEFESA DO PROJETO NEOLIBERAL DE REESTRUTURAÇÃO DO CAPITALISMO NO BRASIL

Adriano Emmel¹
Jéssica Fell²
Marco André Cadoná³

RESUMO

O artigo apresenta uma análise dos posicionamentos políticos da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em relação ao projeto neoliberal durante os anos 1990, apontando as mudanças que ocorreram durante aquela década no comportamento político e ideológico desse segmento regional da burguesia industrial brasileira durante aquela década.

Palavras-chave: Ação coletiva. Ideologia. Burguesia Industrial no Rio Grande do Sul. Neoliberalismo.

ABSTRACT

This paper shows an analysis of different political lines followed by the industrial bourgeoisie in the Rio Grande do Sul state compared to the neoliberal project through the 1990s. It points changes which occurred in the political and ideological behavior of this regional segment of the industrial bourgeoisie during that decade.

Keywords: Collective action. Ideology. Industrial Bourgeoisie in Rio Grande do Sul. Neoliberalism.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma análise dos posicionamentos políticos da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em relação ao projeto neoliberal durante os anos 1990, apontando as mudanças que ocorreram durante aquela década no comportamento político e ideológico desse segmento regional da burguesia industrial brasileira durante aquela década.

É importante destacar, desde o início, que a bibliografia que analisa a atuação política da burguesia industrial no Rio Grande do Sul no período posterior à “abertura política” evidencia uma postura política mais ativa na defesa de seus interesses de classe, manifestando essa postura tanto nas suas ações coletivas em defesa de seus interesses junto ao

¹ Graduando em Geografia na UNISC. Bolsista PUIC-UNISC. <misteremmel@hotmail.com>

² Graduanda em Psicologia na UNISC. Bolsista PUIC-Voluntária. <jeh-fell@hotmail.com>

³ Graduado em Filosofia, com Mestrado em Sociologia e Doutorado em Sociologia Política. É professor na UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul, onde atua na graduação e no Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Desenvolvimento Regional. <mcadona@unisc.br>

Estado, quanto na construção de identidades entre esses interesses e o ideário neoliberal, que se tornou base de sustentação de seus posicionamentos políticos nos principais momentos da história recente da sociedade brasileira.

Durante o período autoritário (1964 a 1985), em que a definição das políticas econômicas ocorria de forma centralizada e fechada, as formas de atuação da burguesia no Brasil ocorreram, principalmente, através de pressões, por intermédio de seus órgãos de representação de interesses, junto aos escalões burocráticos estatais. Com o novo cenário político que emergiu a partir da “transição democrática”, a burguesia demonstrou enorme capacidade de organização e de mobilização, visando uma posição preponderante na definição dos rumos do processo político. A partir do governo da “Nova República” (1985 a 1989), a burguesia trocou definitivamente os “bastidores pelo centro do palco” (DREIFUSS, 1989), ou seja, sua atuação política tornou-se mais intensa e mais explícita, materializando-se tanto na atuação direta de suas lideranças, seja em cargos públicos ou através da representação no Congresso Nacional, quanto na “modernização” e ampliação de suas entidades representativas de classe (CRUZ, 1995; DREIFUSS, 1989; DINIZ, 1987).

A burguesia industrial no Rio Grande do Sul acompanhou este processo. Assim, a partir da “redemocratização”, se observou uma atuação política mais consistente, capacitando o segmento a uma participação mais direta no processo histórico. Ilustrativas, nesse sentido, as mobilizações realizadas ainda durante a década de 1980, (primeiro contra a aprovação de direitos sociais e trabalhistas na elaboração da Constituição de 1988 e, segundo, em favor da eleição de Fernando Collor de Melo nas eleições presidenciais de 1989); e, também, já na década de 1990, a permanente mobilização política em favor de mudanças na constituição (revisão constitucional ou “reformas estruturais”), visando à aprovação de reformas neoliberais no Estado e na economia no País (GROS, 1988; CADONA, 2002).

Naquele processo histórico, o ideário neoliberal foi amplamente utilizado pela burguesia industrial no Rio Grande do Sul. Em especial a partir das eleições presidenciais de 1989, os “industriais gaúchos” se definiram em favor de um projeto político e ideológico que, teoricamente e em linhas gerais, estava centrado na tese de que o Estado brasileiro se agigantou demais e que, por isso, precisava redefinir suas funções – no sentido de seu “enxugamento” – para recuperar sua capacidade de “incentivador” do desenvolvimento econômico. Defendia-se, assim, a privatização de estatais, a concessão de serviços públicos à iniciativa privada, a redução do quadro funcional público, a racionalização dos gastos públicos (disciplina fiscal), a redefinição da política tributária em direção à redução dos impostos (eliminação do que denominavam “custo Brasil”). Acrescentava-se, além disso, a

tese de que o mercado é o agente natural das relações sociais e econômicas e que, por isso, era essencial a garantia de uma maior segurança para a iniciativa privada, considerada o fator essencial do desenvolvimento da economia e da sociedade (CADONA, 2002).

O neoliberalismo, desde o início dos anos oitenta, ganhou prestígio entre os governos dos principais países capitalistas desenvolvidos, do que resultou, inclusive, a proclamação (por alguns teóricos neoliberais) da nova ordem neoliberal como um estágio final da história⁴. A questão é que, especialmente a partir da eleição de governos afinados com as ideias neoliberais na Europa Central e nos Estados Unidos – no início dos anos oitenta –, o neoliberalismo se afirmou, em esfera mundial, como a ideologia dominante na definição de políticas governamentais.

Para o processo de difusão e predomínio das ideias neoliberais, contribuíram as pressões e campanhas promocionais de instituições representativas do capitalismo internacional, como, por exemplo, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. No caso dos países latino-americanos, estas instituições foram determinantes na formulação e na imposição das propostas de políticas econômicas baseadas no receituário neoliberal. Nesse sentido, essas instituições cumpriram uma “função disciplinadora” na medida em que se utilizaram da situação de crise destas economias, marcada especialmente pela forte recessão econômica e o peso das dívidas interna e externa (agravadas no início da década de 1980), para impor seus receituários, cujo seguimento colocou-se como pré-condição para possíveis “benevolências” dos “países centrais” e organismos internacionais de financiamento (BORON, 1995).

No começo dos anos noventa, ao conjunto de propostas defendidas e recomendadas pelas instituições máximas do capitalismo internacional se atribuiu a denominação de “Consenso de Washington”, termo utilizado por John Williamson para listar dez tipos de “políticas e reformas econômicas que foram objeto de consenso entre os doutrinadores de Washington durante os anos oitenta” (PORTELA FILHO, 1994, p. 109). No “receituário” de Washington estavam propostas de disciplina fiscal, de reordenamento nas prioridades dos gastos públicos, de reforma tributária, de liberalização do setor financeiro (livre determinação das taxas de juros pelo mercado e abolição dos controles de câmbio), de manutenção de taxas de câmbio competitivas, de liberalização comercial, de atração de investimentos estrangeiros,

⁴ Refere-se especialmente ao livro de Francis Fukuyama (“O fim da história e o último homem”) - bastante aceito entre os defensores do neoliberalismo - em que o autor defende que é improvável neste final de século pensar em alternativa de desenvolvimento social e econômico a não ser nos limites traçados pelo liberalismo político e econômico.

de privatização de empresas estatais, de desregulamentação da economia e de proteção a direitos autorais (WILLIANSO, *apud* PORTELA FILHO, 1994, p. 109).

Comprometidas com a formulação de mercados econômicos abrangentes, no núcleo das reformas estruturais propostas estava o pressuposto (ideológico) de que o crescimento econômico das nações está diretamente vinculado à capacidade dos governos de integrarem “competitivamente” as economias nacionais no processo de globalização econômica, sem precisarem recorrer a medidas protecionistas. Tratavam-se, portanto, de propostas que defendiam uma “reforma estrutural” nas economias nacionais, centrada na desregulamentação dos mercados, na racionalização e redução do papel do Estado na economia e na redefinição das relações entre economias nacionais e economia mundial (FIORI, 1997, p. 06).

Como se sabe, um projeto neoliberal passou a orientar as políticas governamentais no Brasil a partir do governo de Collor de Melo (1990 – 1992), tornando-se hegemônico, em 1994, com o lançamento do Plano Real e, posteriormente, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002). No entanto, após quase uma década de experiência de reformas neoliberais e de políticas econômicas orientadas para o mercado, o balanço dos resultados alcançados e das perspectivas para o “capitalismo brasileiro” não era alentador. O sucesso no combate à inflação teve como custo um incontrolado endividamento (externo e interno), o aumento das taxas de juros, o comprometimento dos investimentos e dos gastos públicos e a deteriorização ainda maior da capacidade estruturante do Estado; a privatização, as fusões e as compras de empresas nacionais provocaram o aumento da oligopolização e da desnacionalização da economia do País (FIORI, 1997); e a economia apresentou um crescimento ainda mais insignificante daquele registrado durante a chamada “década perdida” (1980): em média, a economia cresceu 1,9% ao ano durante a década de 1990, contra os 2,2% alcançados durante a década de 1980 (CANO, 2000).

Para a indústria instalada no Brasil, as reformas neoliberais representaram mudanças significativas na concepção de desenvolvimento capitalista predominante até a década de 1980 e que pretendia construir uma estrutura industrial completa e integrada, reservando ao Estado um papel central, tanto na proteção em relação à competição externa quanto no fomento ao desenvolvimento industrial e à empresa localizada no País. A nova orientação política e econômica impôs uma nova realidade, caracterizada pela retração do papel do Estado e pela abertura comercial, que expôs a indústria instalada no País à concorrência internacional, num momento em que o capitalismo se reestruturava profundamente, em decorrência do processo de mundialização do capital e de uma intensa revolução técnico-científica e organizacional. Como consequência, a indústria no Brasil se viu diante da

necessidade de aumentar seus níveis de produtividade e de competitividade, impulsionando uma ampla reestruturação produtiva, com impactos diferenciados entre empresas, setores e regiões. Em que pese essa reestruturação produtiva ter impulsionado processos de inovações tecnológicas e organizacionais e maior preocupação com uma inserção mais competitiva no mercado mundial, o resultado geral da década de reformas neoliberais não foi positivo: a indústria de transformação obteve um crescimento médio de 0,2% durante os anos noventa, inferior ao crescimento alcançado durante a década de 1980 (0,9%) e diferentes setores industriais apresentaram resultados comprometedores, atingidos pela política econômica recessiva adotada no País, pelo comprometimento nos investimentos estatais, pela perda de mercados externos e pela maior exposição à competição internacional (CANO, 2000, p. 276-277).

Não se pode esquecer, também, que a condução e os resultados da política econômica adotada durante a década de 1990 atingiram negativamente as classes trabalhadoras no País, agravando ainda mais um quadro já existente de desigualdade e de exclusão social. A título de exemplo, o desemprego aberto apurado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nas regiões metropolitanas do País saltou de 3,4%, em 1989, para 8,1%, em 1999, e o Brasil passou da décima primeira colocação mundial em desemprego, em 1989, para a quarta posição, em 1998, sendo que, naquele período, 3,2 milhões de pessoas perderam seus empregos (CANO, 2000, p. 277 *et. seq.*). Aquela situação, evidentemente, aprofundou as contradições sociais no País e aguçou ainda mais o desejo político de mudanças econômicas e sociais, potencializando projetos e forças políticas e sociais comprometidas com reformas no Estado numa direção diferente daquela defendida a partir do ideário neoliberal.

Naquele contexto histórico, a vitória de Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, representou uma “esperança” de rupturas com o projeto que vinha sendo executado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. É importante enfatizar que o Partido dos Trabalhadores, principalmente a partir da “abertura democrática” (1985), se afirmou como a principal força política partidária contrária aos interesses de classe da burguesia no Brasil. Foi assim no período de elaboração da Constituição de 1988, quando a burguesia no País articulou ampla mobilização contra a aprovação de direitos sociais e trabalhistas defendidos pelas classes populares e de trabalhadores e (no Congresso Constituinte) por partidos de esquerda. Na mesma direção, durante as eleições presidenciais de 1989, a burguesia industrial em todo o País posicionou-se (hegemonicamente) em favor de Collor de Melo, nem tanto pela confiança que depositava naquele candidato quanto pela inquietação que uma possível vitória

do candidato de Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva, provocava em meios da burguesia⁵.

Desse modo, no presente analisa a dinâmica de atuação política da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, indicando como os “industriais gaúchos” se posicionaram em relação ao projeto neoliberal de reestruturação do capitalismo no Brasil durante a década de 1990 e em que medida, em 2002, quando Luís Inácio Lula da Silva venceu as eleições presidenciais (com a apresentação de uma proposta de rupturas com o modelo neoliberal até então adotado), havia uma disposição em seu comportamento político em favor de uma redefinição do projeto neoliberal.

2 DA ADESÃO AO NEOLIBERALISMO À DEFESA DE REFORMAS NEOLIBERAIS: A ATUAÇÃO POLÍTICA DA BURGUESIA INDUSTRIAL DURANTE A DÉCADA DE 1990

Já a partir das eleições presidenciais de 1989, emergiu com maior clareza no discurso político da burguesia industrial gaúcha a defesa de um projeto de *reformas no Estado e na economia* do País, consideradas essenciais para a inserção da economia brasileira no processo de globalização capitalista vigente a partir dos anos oitenta, que estava fundamentado no ideário neoliberal (CADONA, 2002).

Durante a vigência do governo Collor, a burguesia industrial gaúcha procurou apoiar a execução daquele projeto. As dificuldades encontradas – em especial, as de ordem política, que resultaram no *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo – remeteram à luta pela execução do projeto defendido à Revisão Constitucional, que passou a ser entendida como um momento crucial para que se “eliminasse as amarras constitucionais”, representadas pelo Estado, que impediam que a economia brasileira se “modernizasse”, nos moldes neoliberais. A revisão constitucional, naquelas alturas (1992/1993), ganhou o status de passo significativo e definitivo no processo de construção das condições necessárias à execução do projeto de modernização neoliberal do Estado e da economia no País (CADONA, 2002). Ao mesmo tempo, com a saída de Collor de Melo, a burguesia industrial gaúcha sustentou a necessidade de o projeto neoliberal ter continuado, “sem traumas nem rupturas”, tanto no

⁵ Não é demais lembrar a simbólica referência do industrial Mario Amato que, em 1989, na qualidade de presidente da principal federação de indústrias do País (a FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), afirmou que caso Luís Inácio Lula da Silva fosse eleito Presidente do Brasil oitocentos mil empresários iriam embora do País.

período em que Itamar Franco ocupou a Presidência do País (1992 – 1994) quanto no período que antecedeu à eleição e ao governo de Fernando Henrique Cardoso (CADONA, 2002).

Em linhas gerais, o projeto defendido estava centrado, por um lado, na tese de que o Estado brasileiro se agigantou demais em suas funções econômicas e sociais e que, por isso, precisava redefinir suas funções – no sentido de seu “enxugamento” – para recuperar sua capacidade de “incentivador” do desenvolvimento econômico. Defendia-se, nesse sentido, a privatização de estatais, a concessão de serviços públicos para a iniciativa privada, a redução do quadro funcional e a racionalização nos gastos estatais (disciplina fiscal), questões colocadas como determinantes no comprometimento das finanças públicas que, na perspectiva da burguesia industrial gaúcha, eram as principais causas do descontrole do déficit público no País. Na base dessa concepção da crise do Estado, encontrava-se o interesse pela diminuição da carga tributária e das contribuições sociais existentes sobre o trabalho, questões que apareceram como predominantes entre os interesses da burguesia industrial naquele período (CADONA, 2002).

Por outro lado, o projeto centrava-se na tese de que a iniciativa privada (ou o mercado) é o agente “natural” das relações econômicas e sociais. Nesse sentido, a burguesia industrial gaúcha defendeu uma autonomização da iniciativa privada em relação ao Estado, especialmente no que diz respeito às questões que se colocavam como “empecilhos” para uma maior competitividade das empresas num mercado cada vez mais aberto e mais competitivo. Colocavam-se, aqui, propostas que iam desde a liberalização de preços e salários até a ampla reestruturação das políticas tributárias e de previdência social (direitos sociais conquistados pelos trabalhadores) existentes no País, visando reduzir o que a burguesia denominava de “custo Brasil” e que, alegava-se, estava na base da pouca competitividade da economia brasileira num contexto globalizado. Além disso, a tese da desregulamentação econômica sustentava um discurso favorável a uma maior abertura da economia nacional para o capital estrangeiro e sua inserção no processo de globalização econômica vigente no período de análise (CADONA, 2002).

A defesa da redução do papel do Estado e a ênfase da iniciativa privada como elemento dinamizador do desenvolvimento econômico não significam, no entanto, que a burguesia industrial gaúcha criticasse toda e qualquer intervenção estatal. Pelo contrário, ao Estado sempre foi reservado um papel atuante, capaz de contribuir para que a iniciativa privada constitua bases de competitividade para enfrentar novos mercados, mais abertos e mais competitivos. A crítica ao Estado, nesse sentido, apresenta variações definidas pelos interesses, muitas vezes imediatos, da burguesia industrial. O Estado que a burguesia

industrial gaúcha crítica é aquele que age contra os interesses da burguesia, ou seja, o Estado que, através de suas funções econômicas e sociais, coloca-se como “empecilho” à competitividade da iniciativa privada. É nesse sentido, inclusive, que as propostas da burguesia industrial para a revisão constitucional, iniciada em 1993, centravam-se na tese de que era preciso amenizar o peso, sobre a iniciativa privada, da carga tributária e do “custo social”, representado por direitos sociais e trabalhistas históricos conquistados pelos trabalhadores. Explicitava-se, nesse sentido, a concepção de Estado presente no discurso da burguesia industrial: um Estado forte, capaz de autodestruir-se em suas funções prejudiciais à iniciativa privada, mas pronto para intervir economicamente, toda a vez que esta considerar conveniente (CADONA, 2002).

A preocupação com uma continuidade, sem rupturas, na execução do projeto de “modernização” do capitalismo no País foi determinante no posicionamento da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em relação ao *impeachment* do presidente Collor e em relação ao novo governo que se instalou a partir de sua renúncia (governo Itamar Franco). O posicionamento político das lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em relação ao *impeachment* revelou que, para essa fração da burguesia gaúcha, mais importante do que discutir a permanência ou não do presidente Collor, era evitar que o processo prejudicasse a execução do projeto neoliberal defendido (CADONA, 2002).

Naquela conjuntura, no discurso das principais lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, o neoliberalismo não mais se colocava como um instrumento político e ideológico de sustentação de um posicionamento contrário e crítico às forças sociais e políticas que defendiam uma ampla democratização do Estado brasileiro, numa perspectiva distributiva. Já havia, assim, uma nova direção no discurso político daquelas lideranças, pois o neoliberalismo passara a justificar, com maior clareza e com maior profundidade, o interesse pela realização de um conjunto de reformas no Estado e nas economias orientadas para o mercado.

Com o *impeachment* do presidente Collor, a burguesia industrial no Rio Grande do Sul apostou na continuidade de seu projeto político, depositando no governo Itamar Franco as expectativas não somente da estabilidade econômica, mas, também, do encaminhamento das reformas neoliberais (CADONA, 2002). Embora naquele período suas lideranças criticassem qualquer possibilidade de continuidade da política econômica através de planos econômicos, em 1993, na ocasião do lançamento do Plano Real, pelo governo Itamar Franco, o posicionamento político das mesmas lideranças foi unânime quanto ao acerto do governo. Na ocasião, o posicionamento favorável ao novo plano econômico se justificava por duas razões

principais. Primeira, havia o receio de rupturas políticas em relação ao projeto de reestruturação neoliberal do capitalismo iniciado com Collor de Melo e, nesse sentido, uma expectativa de que o governo Itamar Franco garantisse a estabilidade política e a continuidade daquele projeto. Segunda é que o presidente Itamar, desde que entrou no governo, se comprometeu em dar continuidade ao processo de “modernização econômica” iniciado por Collor e que o seu Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, ao anunciar o novo plano econômico, se comprometeu em “não violentar o mercado”, “não apresentar mágicas”, “não se afastar do rumo traçado”, concordando que a estabilidade econômica somente seria alcançada através das reformas estruturais. Vinha ao encontro, portanto, às demandas e às expectativas da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em relação ao “novo” governo (CADONA, 2002).

O posicionamento político favorável em relação ao governo Itamar Franco manteve-se até o seu final. Assim, nas três fases que compreenderam a implantação do Plano Real (o lançamento do Programa de Ação Imediata – PAI, em junho de 1993, a aprovação do Fundo Social de Emergência, a partir de agosto de 1993, e o lançamento do “plano de estabilização”, em fevereiro de 1994), as manifestações das lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul foram unânimes quanto à afirmação de que o governo estava no “caminho certo”, devendo o mesmo ter condições políticas favoráveis para levá-lo adiante (CADONA, 2009). A defesa do Plano Real se afirmou ainda mais a partir de 1994, quando ocorreram as eleições presidenciais. Naquele ano, as lideranças da burguesia industrial não somente enfatizaram o significado histórico do Plano Real no processo de modernização neoliberal do capitalismo no País, mas, também, a importância da permanência de Fernando Henrique Cardoso como o “condutor do plano”. Ainda durante o mês de março daquele ano, inclusive, 400 “empresários brasileiros”, dentre os quais dirigentes da FIERGS, manifestaram apoio à condução dada por Fernando Henrique Cardoso à política econômica e à sua candidatura para Presidente da República (CADONA, 2009, p. 198).

Claro que havia uma expectativa positiva dentre a burguesia industrial no Rio Grande do Sul quanto à possibilidade de o plano Real controlar a inflação, estabilizar a economia e alavancar um crescimento estável e duradouro da economia brasileira. É preciso notar, também, que a economia brasileira apresentou um significativo crescimento no ano de 1994 (o PIB brasileiro cresceu 5,8%) e, na mesma direção, a indústria sul-rio-grandense cresceu 8,1% naquele ano (seguindo uma tendência já observada em 1993, quando cresceu 15,9%) (CONTRI *et al.*, p. 30). Mas é também certo que uma possível candidatura de Fernando Henrique Cardoso para Presidente da República, naquele momento já identificado

com o Plano Real, capaz de fazer frente à candidatura de Luís Inácio Lula da Silva (representante, naquelas eleições, de um conjunto de forças sociais e políticas que se opunham ao projeto neoliberal em execução no País), foi um elemento decisivo para as manifestações políticas favoráveis ao Plano Real e à forma como a equipe econômica do governo Itamar Franco estava conduzindo a implantação daquele plano.

O primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1998), embora tenha garantido a continuidade da estabilidade econômica no País iniciada com o lançamento do Plano Real, em 1994, teve efeitos negativos sobre a dinâmica econômica e social do País, sendo ilustrativos o baixo crescimento econômico e a elevação nos índices de desemprego no País naquele período.

Para a indústria sul-rio-grandense, aquele período foi caracterizado por um crescimento muito baixo e pelo aumento da competição, tanto no mercado interno quanto no mercado externo. A direção dada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso à política econômica, em especial as altas taxas de juros, o aprofundamento da abertura da economia nacional (e o incentivo à entrada de produtos estrangeiros no mercado nacional) e uma política cambial desfavorável ao setor exportador, afetou profundamente a economia gaúcha que, no período entre 1995 e 1998 obteve uma *variação negativa* de seu Produto Interno Bruto (-4,2%) (HERRLEIN JR., 2005). Na mesma direção, a indústria gaúcha, no período entre 1995 e 1998, obteve um crescimento ainda mais baixo daquele alcançado pela indústria em nível nacional: enquanto esta cresceu numa média de 2,18% ao ano, no Rio Grande do Sul o crescimento industrial foi de apenas 1,19% (HERRLEIN JR., 2005).

O fraco desempenho da economia gaúcha e os efeitos negativos da política econômica adotada impactaram fortemente nos posicionamentos políticos da burguesia industrial em relação ao primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Principalmente nos dois primeiros anos daquele governo (1995 e 1996), suas lideranças políticas criticaram abertamente a política econômica, em especial as altas taxas de juros, a abertura abrupta da economia nacional e a política cambial (CADONA, 2009, p. 193-94).

Aliás, ao longo do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, nas manifestações das lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, as seguintes questões colocaram-se de forma proeminente: as altas taxas de juros, a sobrevalorização do câmbio, a abertura comercial, a falta de incentivos à exportação, a carga tributária (custo Brasil), a falta de investimentos e de incentivos estatais para a iniciativa privada e a pouca participação do empresariado no encaminhamento dado pelo governo federal ao processo de reestruturação do capitalismo no País (CADONA, 2009, p. 215).

Quanto às críticas às taxas de juros praticadas pelo governo brasileiro a partir do Plano Real, a burguesia industrial no Rio Grande do Sul refletia uma reclamação geral da burguesia industrial no País naquele período, que se ressentiu de uma política de juros que dificultou o acesso ao crédito para as empresas, encareceu a produção e inibiu os investimentos produtivos (CADONA, 2009, p. 216).

No que diz respeito à sobrevalorização cambial e à abertura da economia nacional, é importante notar que a partir do governo Fernando Henrique Cardoso se observou um aprofundamento da abertura comercial e o Real foi ainda mais valorizado, favorecendo significativamente a entrada de produtos estrangeiros no País que, em consequência, provocou a perda da participação da produção industrial interna no valor agregado da economia nacional. A direção dada à política econômica pelo governo Fernando Henrique Cardoso, nesse sentido, impactou negativamente na indústria sul-rio-grandense; setores como têxtil, vestuário e calçados colocaram-se entre os mais afetados na indústria nacional, enfrentando a concorrência direta de produtos estrangeiros, que tiveram sua entrada no País facilitada a partir de então (CADONA, 2009, p. 193-94).

Em relação à carga tributária ou, mais especialmente, à discussão em torno do “custo Brasil”, observou-se, em toda a década de 1990, uma mobilização política da burguesia industrial em todo o País em torno dessa questão. No bojo da mobilização em torno do “Custo Brasil” a burguesia industrial em todo o Brasil pressionava não somente o governo Fernando Henrique Cardoso, mas, também, o Congresso Nacional, para que, por um lado, encaminhasse as reformas estruturais na economia e no Estado (em especial, as reformas tributária e fiscal, na previdência e nas relações trabalhistas) e redefinisse os rumos da política econômica então adotada no País, criando condições mais favoráveis para o desenvolvimento industrial e a competitividade industrial (CADONA, 2009, p. 217 *et. seq.*).

Destaque-se, ainda, uma última questão presente nos posicionamentos políticos das lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em relação ao primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso: a reclamação por uma maior participação das entidades empresariais nas decisões do governo. Essa questão é importante por que reflete uma crítica presente, naquele período, entre as lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em relação ao governo Fernando Henrique Cardoso, relacionada às dificuldades de conversação e, especialmente, de mobilização do executivo nacional diante das demandas da indústria sul-rio-grandense (CADONA, 2009, p. 217 *et. seq.*).

A partir de 1996, as críticas das lideranças da burguesia industrial em relação à política econômica do primeiro governo de Fernando Henrique passaram a apontar para uma

visão segundo a qual a manutenção da estabilidade econômica, com possíveis correções em algumas políticas adotadas (entre as quais, as principais eram a política de juros e a política cambial), dependia do aprofundamento das “reformas estruturais”. Estas reformas tornaram-se as principais bandeiras de luta da burguesia industrial em nível nacional. Havia uma avaliação de que as medidas tomadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, como forma de garantir a estabilidade econômica no País, tinham um custo para a indústria que somente poderia ser compensado através de um conjunto de reformas na economia e no Estado. Essa direção política pautou os posicionamentos políticos da burguesia industrial ao longo do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (CADONA, 2009, p. 193-94).

Nesse sentido, não houve posicionamentos, por parte das lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, que indicassem rupturas com o posicionamento favorável em relação ao governo Fernando Henrique Cardoso. Nessa direção, inclusive, não se pode esquecer que a partir de 1997 o Rio Grande do Sul e o Brasil passaram a viver um clima de eleições. No caso do Rio Grande do Sul, essa questão ganhou um contorno especial, pois as eleições para o executivo estadual, realizadas em 1998, caracterizaram um período de intenso debate político, polarização entre dois projetos de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul e avaliação de um governo estadual (o governo Britto) que realizou um conjunto de políticas afinadas com o projeto neoliberal executado em nível nacional, mas, também, amplamente apoiado pela burguesia industrial no estado gaúcho.

Em eleições casadas, que escolheram, no mesmo dia, os Governadores e o Presidente da República, e num quadro de polarização política tanto em nível nacional quanto em nível estadual, a questão principal para amplos setores da burguesia industrial no Rio Grande do Sul deixou de ser a orientação dada pelo governo federal à política econômica de corte neoliberal. O importante passou a ser a garantia de continuidade de governos comprometidos com as reformas econômicas e políticas orientadas para o mercado. As críticas à condução da política econômica, portanto, foram amenizadas, enfatizando-se a necessidade da *continuidade* e do *aprofundamento* das “reformas estruturais” (CADONA, 2009).

3 CONCLUSÕES

Portanto, a defesa da reestruturação neoliberal do capitalismo no País orientou os posicionamentos políticos favoráveis em relação aos diferentes governos nacionais durante a década de 1990 (Fernando Collor de Melo, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso).

O posicionamento favorável ao projeto neoliberal não impediu, no entanto, que a burguesia industrial no Rio Grande do Sul se posicionasse criticamente em relação ao modo

como aqueles governos conduziram o processo de reestruturação neoliberal do capitalismo no País. Assim se observou em relação ao governo Collor, especialmente diante do fracasso de sua política econômica no que diz respeito ao controle inflacionário e à superação de um quadro histórico de estagnação econômica. Mas, também, em relação a determinados pontos da política econômica adotada a partir da implantação do Plano Real (em 1994), em especial a política de juros, a política cambial e a abertura abrupta da economia (com a consequente exposição do mercado nacional à competição internacional).

Note-se, porém, que em nenhum momento as críticas e as dificuldades enfrentadas pela indústria diante da política econômica adotada, arranharam a posição hegemônica de defesa do projeto neoliberal. Isso ficou evidenciado, por exemplo, na desconfiança em relação ao processo de *impeachment* de Fernando Collor de Melo (e a defesa de uma saída numa perspectiva de continuidade do projeto neoliberal que aquele governo vinha executando), na defesa da implantação do Plano Real, na defesa da eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1995 (em que pese as implicações – já sentidas naquele momento – do Plano Real sobre a indústria no País), na defesa da reeleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1998.

Diante das dificuldades encontradas, a burguesia defendeu o aprofundamento do projeto neoliberal, através das “reformas estruturais”. Em todos os momentos nos quais os governos nacionais no Brasil (durante a década de 1990) enfrentaram dificuldades de manter a estabilidade econômica e superar situações de estagnação econômica, mas, também, diante da adversidade de algumas políticas neoliberais adotadas por aqueles governos, a burguesia industrial defendeu a realização das “reformas estruturais” econômicas, administrativas, tributárias, trabalhistas e previdenciárias.

A “agenda de reformas” assumida pelos governos brasileiros durante a década de 1990 era a mesma “agenda de reformas” defendida pela burguesia industrial. As reformas realizadas por aqueles governos não foram realizadas com a rapidez e a profundidade pretendida pela burguesia industrial. Em relação à reforma tributária, por exemplo, havia a expectativa na burguesia industrial de que aquela reforma fosse realizada ainda na primeira metade da década de 1990, contemplando uma perspectiva de diminuição da carga tributária. De qualquer forma, as reformas realizadas até o final do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (reforma administrativa, reforma na ordem econômica, reforma no Estado, reforma previdenciária, reforma na legislação trabalhista) foram de encontro com as expectativas da burguesia industrial, ainda que algumas delas não tenham chegado ao alcance e à profundidade desejados.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In; SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BORÓN, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- CADONA, Marco André. *Dos bastidores ao centro do palco: a atuação política da burguesia industrial gaúcha no processo de redemocratização*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- _____. *Neoliberalismo e capitalismo no Brasil: a formação de classe da burguesia industrial no Rio Grande do Sul durante a década de 1990*. Florianópolis: UFSC, 2009. (Tese de Doutorado em Sociologia Política). Número de Chamada: CETD UFSC PSOP 0364.
- CANO, Wilson. *Soberana e política econômica na América Latina*. São Paulo: UNESP, 2000.
- CONTRI, André *et al.* Visão global da economia gaúcha. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 25, n. 4, p. 7-31, 1997.
- DINIZ, Eli. *Empresários e constituinte: continuidades e rupturas no modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.
- _____. Neoliberalismo e corporativismo: as duas faces do capitalismo no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 31-46, 1992.
- DREIFUSS, René. *O jogo da direita*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- FEIJÓO, José Carlos V. O estado neoliberal e o caso mexicano. In: LAURELL, Asa Cristina (org.). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. Trad. de Rodrigo León Contrera. São Paulo: Cortez, 1995.
- FIERGS (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul); CIERGS (Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul). *A reindustrialização do Rio Grande do Sul; a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS 1993 - 1999. Ações & Idéias I*. Texto de Sérgio Bueno. Porto Alegre: FIERGS, 1999.
- _____. *A reindustrialização do Rio Grande do Sul; a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS 1993 - 1999. Ações & Idéias II*. Textos de Dagoberto Lima Godoy. Porto Alegre: FIERGS, 1999.
- _____. *A rearquitectura do Rio Grande do Sul - garantindo o futuro*. Porto Alegre: FIERGS, 1998.
- FIORI, José L. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GROS, Denise B. A atuação política do empresariado gaúcho nos anos 80. In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *O desempenho da economia gaúcha nos anos 80: um breve retrospecto*. Porto Alegre: FEE, 1990, p. 382-400. Tomo I.

_____. Os industriais gaúchos e a constituinte: uma reflexão acerca do 'Movimento pela Liberdade Empresarial', *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 130-146, 1988.

HERRLEIN JR., Ronaldo. O crescimento econômico do Rio Grande do Sul entre 1990 e 2002. *Análise*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 137-160, jan./jul. 2005.